



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Alan Rick

**EMENDA Nº , 2023 - CCJ**  
(à PEC nº 45 de 2019)

**Art. 1º** Dê-se ao § 13 do art. 156-A, nos termos do Art. 1º da Proposta de Emenda Constitucional nº 45, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 156-A .....

.....  
§ 13. A devolução de que trata o § 5º, VIII e o § 18 do art. 195, será obrigatória nas operações com fornecimento de energia elétrica, com gás liquefeito de petróleo e serviços de telecomunicações ao consumidor de baixa renda, sendo calculada e concedida integral e simultaneamente à cobrança da operação.” (NR)





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Alan Rick

## JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Emenda Constitucional nº 45, de 2019, inovou ao trazer para a Constituição Federal uma nova forma de redução de tributos para as famílias com menor poder aquisitivo: o mecanismo do cashback. Ou seja, a devolução de impostos a determinadas camadas da população com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.

A ideia seria reduzir o impacto tributário no orçamento dos mais pobres com foco na renda dos contribuintes, e não em uma lista de produtos considerados essenciais. O preço final ao consumidor seria o mesmo para todos, mas os mais pobres receberiam uma devolução parcial do valor, portanto na prática pagariam menos.

No caso de serviços essenciais como a energia elétrica, descontos semelhantes já vêm sendo implementados por diversos mecanismos, com extensa regulação garantindo isenções em função da renda. Hoje, as famílias de baixa renda são beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), regulada por lei (Lei nº 10.438/2002 e Lei nº 12.212/10), com conceito de baixa renda, identificação dos beneficiários, estrutura e governança bem estabelecidos, com base no Cadastro Único (CadÚnico).

A isenção é calculada pelas distribuidoras e concedida diretamente na conta de luz. O programa atende mais de 17 milhões de unidades consumidoras, representando aproximadamente 68 milhões de brasileiros, e a renúncia fiscal é auditada pela Agência Nacional de Energia Elétrica e pelo Tribunal de Contas da União.

O relatório da PEC 45/2019, do nobre senador Eduardo Braga, reafirma a importância do setor elétrico – e na complementação de voto, ainda do gás de cozinha – ao introduzir a obrigação do cashback para os mais pobres, e ainda prevê, acertadamente, que a devolução dos tributos possa ser calculada e





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Alan Rick

concedida no momento da cobrança da operação, o que vai ao encontro das práticas correntes de desoneração para o setor.

O texto delega essa decisão, no entanto, a futura lei complementar. Acreditamos que o hiato entre a promulgação da PEC e a aprovação de tal lei pode trazer um cenário de insegurança jurídica e prejuízos para os consumidores que mais precisam. Hoje, eles não precisam desembolsar o valor dos impostos, uma vez que a isenção é descontada na própria fatura de energia.

A introdução do cashback sem definição dos critérios da devolução pode fazer com que em um primeiro momento esses impostos tenham que ser pagos integralmente, retirando um recurso disponível das famílias carentes em troca da expectativa da devolução pelo poder público. Na prática, os mais pobres vão ser cobrados por um benefício a que já têm direito, e a devolução desses recursos – tanto na forma como no prazo – é incerta, pois depende da aprovação de outra norma.

Propomos, portanto, uma emenda para que o texto constitucional defina, desde já, que o método atual de concessão dos benefícios seja mantido: de forma direta, pessoal e imediata na fatura, sem impactos financeiros para os consumidores de baixa renda que já usufruem da desoneração.

Sugerimos ainda incluir na regra de cashback obrigatório e imediato os serviços de telecomunicações, que também são essenciais para a sociedade e para todos os demais setores, e têm tratamento tributário diferenciado garantido por lei (Lei Complementar nº 194/2022, que permite que estados apliquem alíquotas reduzidas de ICMS para os serviços essenciais).

Destacamos ainda que a emenda não implica em nenhum risco de perda de arrecadação para os Estados, uma vez que os consumidores de baixa renda já têm direito à desoneração. O que propomos é definir, desde já, que o método atual de concessão dos benefícios seja mantido: de forma direta e imediata na





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Alan Rick

própria conta de luz, sem impactos financeiros para os consumidores de baixa renda.

Diante do exposto, solicito o apoio de meus ilustres pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Comissões,

Senador Alan Rick

